

# Apresentação

**José Marcelino Rezende Pinto**  
**Andréa Barbosa Gouveia**

Este número do *Jornal de Políticas Educacionais* traz parte dos trabalhos apresentados no Intercâmbio de Pesquisadores do Grupo de Trabalho “Estado e Políticas Educacionais” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Educação – ANPED, que ocorreu em Curitiba, na UFPR, nos dias 12 e 13 de agosto deste ano.

O tema do encontro foi “Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil” e é sobre esse amplo pano de fundo que discorrem os diferentes trabalhos aqui publicados.

Como se sabe, muito embora desde a nossa pioneira Lei de Instrução Pública de 1827, com diferentes graus de amplitude, o direito à educação esteja contemplado no quadro normativo brasileiro, ainda temos um longo caminho a percorrer para efetivá-lo, em especial quando se pensa nos segmentos mais vulnerabilizados da população.

Os dados da PNAD do IBGE de 2008 indicam que, embora o país tenha avançado na garantia do acesso à educação básica, estão fora da escola 82% das crianças de zero a três anos; 27% das crianças de 4 e 5 anos, 16% dos adolescentes de 15 a 17 anos e 2,5% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, lembrando que para a faixa etária de 7 a 14 anos o ensino é obrigatório desde 1967. Os mesmos dados da PNAD indicam que são exatamente as crianças filhas de famílias mais pobres, cujos pais não foram além do ensino fundamental, com etnia predominante parda ou negra e que se encontram na zona rural que estão fora da escola. E, mais do que ficarmos apenas na discussão do acesso, ao se observar o percentual de crianças que freqüentam escolas com condições de oferta de um ensino de qualidade (nos termos postos pelo PNE 2001-2010) e que concluem a educação básica, a situação é dramática, mesmo considerando as gerações mais jovens.

As razões para a não efetivação do direito a uma educação básica de qualidade para todos, dever do Estado desde a Constituição Federal de 1988, passam exatamente pelo baixo patamar de recursos disponibilizados por estudante e pela ausência de uma adequada divisão de responsabilidades pela oferta educacional entre os entes federados, não obstante os avanços obtidos com o Fundeb. Portanto, esses são os temas centrais dos nove trabalhos aqui apresentados.

Como não poderia deixar de ser, nos três primeiros trabalhos o tema em discussão é a própria questão do pacto federativo. Em especial na relação do governo central com os estados e, principalmente, com os municípios, que são os entes federados que ficam com a menor parte do bolo tributário e que já respondem pela maioria das matrículas da educação básica. Até que ponto deve ir o papel indutor do governo federal? Nessa mesma temática é analisada a experiência de descentralização na Argentina, país que incluiu em sua legislação a destinação de 6% do PIB em recursos públicos para a educação. Cabe lembrar que o Brasil, nos últimos dez anos, este índice não foi além de 4,5% do PIB.

Neste bloco estão os seguintes artigos: Lucia Camini analisando “A relação do MEC com os entes federados na implantação do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação: Tensões e Tendências”; o artigo de Jean Mário Araújo Costa, Maria Couto Cunha e Rosimeire Baraúna M. de Araújo sobre o “Federalismo cooperativo brasileiro: Implicações na Gestão da Educação Municipal” e o artigo “Relações Federativas no repasse de recursos à educação na Argentina: o sistema de co-participação federal de impostos” de autoria de Karolina Jardim.

Em três outros trabalhos desta publicação o foco da análise passa pela condição docente. Como se sabe, não é possível pensar em educação de qualidade sem uma carreira que

atraia e mantenha bons profissionais. Para tanto é fundamental a existência de condições adequadas de trabalho, com remuneração compatível com a formação exigida e com a natureza da atividade exercida. Isso não é simples, porque o país possui mais de dois milhões de docentes, a maioria no setor público e um histórico de desvalorização da profissão que remonta ao período imperial. Tudo isso afeta a construção da identidade profissional. Os docentes cada vez mais se sentem pressionados a mostrar resultados, a política de fundos embora traga em seu nome a valorização dos profissionais da educação, não consegue ir além de um piso salarial que não permite que se viva com dignidade e a carreira é substituída, cada vez mais, pela lógica do bônus associado ao desempenho dos alunos medido via, por exemplo, resultados no IDEB.

Nesta discussão estão os textos de Maurício Estevam Cardoso “Identidade(s) e identidade(s) docente(s)”; de Eldra Carvalho da Silva intitulado “A Política Salarial dos professores da Educação básica e a política de fundos: FUNDEF e FUNDEB em questão” e o artigo de Andréia Ferreira da Silva, “Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), avaliação da educação básica e desempenho docente”.

Outro tema abordado refere-se à progressiva participação do setor privado na gestão da escola pública, seja por meio da venda de assessorias, ou de sistemas apostilados. Aqui entram em cena os grandes grupos privados de ensino (Positivo, COC, Objetivo, etc.) e as “ONG da educação”, sendo a mais conhecida delas, o Instituto Ayrton Senna. Sua intervenção em dois municípios

é aqui analisada. Neste caso temos o texto de Antonio Glauber Alves Oliveira, Liliene Xavier Luz, Cristiane Rêgo dos Anjos e Elionaira Vieira de Sá com o título “A Participação do Setor Privado na Gestão do Sistema Municipal de Educação em Teresina-PI: O Caso do Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna”; e o artigo “Relações federativas e acesso educacional” de Maria Dilnéia Espíndola Fernandes e Regina Tereza Cestari de Oliveira.

Por fim, como não poderia faltar em uma discussão sobre financiamento, temos um trabalho analisando o “Controle Social em Educação Básica Pública” de Maria Abádia da Silva e Marcus Vinicius de Azevedo Braga. Se está claro para todos os que se debruçam sobre o financiamento da educação básica no Brasil de que são necessários mais recursos, é também consenso de que ainda há muito desvio do dinheiro público destinado à educação e que, sem o fortalecimento dos mecanismos de controle institucional e social, há uma grande probabilidade de crescer a malversação. A questão que se coloca é sobre o potencial de controle do Estado por parte da sociedade civil em um sistema capitalista cada vez mais fora de controle.

E, como um belo arremate, temos uma resenha sobre o trabalho editado pela UNESCO “Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade”, organizado por Romualdo Portela de Oliveira e por Wagner Santana, cujo título já diz tudo sobre a sua identidade com intercâmbio que motivou esta edição especial do JPE.

Boa leitura a todos!